



CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Ata da 33ª reunião, realizada em 23 de julho de 2024

1 Em 23 de julho de 2024, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 conselheiros titulares e suplentes: o presidente Diogo Soares de Melo Franco, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público: Rafaella Cristina Batista Mazoni de Souza, da Secretaria de Estado de Governo
6 (Segov); Thais Galdino, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Rogério Pedersoli de Lima,
7 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Ana Lúcia Linhares Rosário, da Secretaria de Estado
8 de Cultura e Turismo (Secult); Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
9 Abastecimento (Seapa); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes
10 da sociedade civil: Alexandre Valadares Mello, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); André
11 Garcia Schmidt, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Carolina Francisca Corrêa de
12 Oliveira, da Aliança Juizforana pela Defesa dos Animais (Ajuda); Eduardo Javier Muñoz, da Associação para Proteção
13 Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); João Thomaz Cruz Silva, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural -
14 Administração Regional de Minas Gerais (Senar/MG); Simone de Paiva Silva, da Ordem dos Advogados do Brasil
15 (OAB/MG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Diogo Soares de Melo
16 Franco declarou aberta a 33ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas. **2) EXECUÇÃO DO**
17 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.**
18 Conselheiro André Garcia Schmidt/Abragel: “Registrar um estudo feito pela Fiemg, recentemente, divulgado nas
19 redes sociais, e um estudo que eu considero importante que a sociedade tome conhecimento, em relação às
20 hidrelétricas. Talvez o nosso colega aqui da Fiemg tenha mais informações, mas eu li o documento e achei bastante
21 relevantes as informações consolidadas pela equipe da Fiemg, por diferentes áreas da Fiemg, não só a área de meio
22 ambiente, mas a área de energia, o jurídico, o regulatório. Eu acho que vale a pena e vou deixar aqui no chat o link
23 para acesso e convido os colegas a visitar esse documento e dedicar um tempo para ver a relevância das hidrelétricas
24 no setor elétrico e no combate às mudanças climáticas. Eu acho que é preciso ser dito que, com as novas renováveis,
25 que têm a característica de intermitência, nós estamos caminhando para um cenário de matriz talvez menos limpa
26 do que temos hoje, com as hidrelétricas ainda representando cerca de 50% da geração de energia no país. Mas daqui
27 a 20 anos, se pararmos a construção de hidrelétricas e seguirmos com a construção de novas térmicas, para suprir
28 essa intermitência das renováveis eólica e solar, que estão muito em evidência, provavelmente, vamos ter uma
29 matriz mais suja do que temos hoje em dia e do que tivemos nas últimas décadas. Então acho que, com o setor de
30 energia como um dos pontos de atenção na questão de mudanças climáticas, nós precisamos fazer essas reflexões e
31 discutir com os familiares, com os amigos para que a sociedade entenda melhor como que está esse cenário.”
32 Presidente Diogo Soares de Melo Franco: “Eu acho que esse estudo realmente é importante, nós tivemos acesso a
33 ele, sim, e mostra realmente esse cenário que você mencionou, como que nos anos 80, 70, a nossa matriz era mais
34 limpa nesse sentido, no sentido de ter menos térmicas, e como que, com o passar do tempo, o volume de térmicas
35 cresceu. Eu acho que é um desafio para todos nós porque a demanda por energia está crescendo. Existe a questão
36 da intermitência, existe também a questão da escassez hídrica, outro ponto que temos que colocar nessa balança
37 também. Mas realmente é um estudo que merece um aprofundamento para que sirva de base para um planejamento
38 de mais longo prazo da nossa matriz. Agradeço e recomendo a todos que leiam.” Conselheiro André Garcia
39 Schmidt/Abragel: “Presidente, só uma observação em relação ao que você falou, que, dependendo do arranjo da
40 hidrelétrica, do porte, ela tem outros atributos e não só a geração de energia, mas o turismo, a piscicultura,
41 eventualmente. Então a socioeconomia também nesse documento da Fiemg é considerada e tem dados a respeito
42 disso. Então acho que a reflexão de escassez hídrica, de acumular o recurso hídrico para diversos múltiplos usos no
43 período de estiagem é algo que temos que realmente pensar e enfrentar. Porque ficar aqui nos escondendo de
44 dificuldades relacionadas a questões ideológicas, políticas, questões às vezes de análise de licenciamento, que
45 demora mais de uma década... Mas nós temos que enfrentar e colocar esses projetos para rodar.” Conselheiro

46 Eduardo Javier Muñoz/Promutuca: “Na reunião anterior, acredito que já teve também algum posicionamento nesse
47 sentido e acredito que o pior erro que podemos cometer neste Conselho – nós estamos aqui criando conhecimento
48 para o Estado e para desenvolvimento do Estado – é entrar em questões setoriais. Eu entendo a questão das
49 hidrelétricas, são uma boa solução, mas parte da solução, o problema que nós temos, energético, é muito mais
50 profundo do que simplesmente a intermitência das renováveis. Porque assim também as renováveis, como a solar,
51 especialmente, que é mais distribuída, são mais solução que problema. Querer atribuir ser a matriz mais suja por
52 causa da incidência maior das renováveis eu acho conceitualmente não aceitável para o posicionamento em termos
53 gerais do Estado. Você não precisa falar mal de um setor que é o líder no mundo para falar bem do seu. Eu não
54 entendo esse posicionamento. As soluções relacionadas com o objetivo de matrizes energéticas 100% limpas estão
55 relacionadas com microrredes de energia com uma maior distribuição tanto do fator geração quanto do fator
56 consumo. Inclusive, para poder chegar aos pontos do Estado que hoje não têm acesso a energia e que também são
57 pontos de contaminação importante do ar, independentemente de muitos setores do Estado não terem acesso a
58 energia, portanto, não serem produtivos. Eu concordo também que a questão do tempo de licenciamento é uma
59 questão a ser revisada. Eu só gostaria que, quando começarmos a conversar sobre esses assuntos, tivéssemos uma
60 amplitude de falar bem do que propomos e das coisas positivas e não atribuir a outros setores culpas que não têm.
61 Acho que se o objetivo é a descarbonização do Estado, que eu acredito que seja parte da nossa função aqui, nós
62 precisamos de uma discussão um pouquinho mais profunda, especialmente o setor energético de mobilidade,
63 responsável quase que por 60% das nossas emissões. E não tem bala de prata, não tem ninguém que vai conseguir
64 resolver todos os problemas, e todas as tecnologias têm seus pontos fortes e fracos. Eu acho que há mérito de uma
65 profundidade um pouquinho maior no estudo e no posicionamento de relevância. Nós ficamos à disposição. Pelo
66 menos no meu caso particular, acredito que há gabarito suficiente para poder ajudar nessa questão de integração
67 de tecnologias para uma descarbonização. E simplesmente deixar muito claro que para mim pelo menos atribuir a
68 intermitência de energia renovável a uma maior matriz suja simplesmente fala mal do setor energético e novas
69 energias renováveis.” Conselheiro Alexandre Valadares Mello/Fiemg: “Eduardo, concordo plenamente com a sua
70 fala, eu acho que não temos bala de prata, nós temos que utilizar todas as alternativas que temos, e a mineração
71 está aí também para ajudar. Eu queria, presidente, passar para os colegas e aos mais que estão ouvindo esta reunião
72 um convite para participarem da Exposibram, de 9 a 12 de setembro, em Belo Horizonte, onde teremos dois painéis
73 específicos dessa agenda de clima: um deles sobre descarbonização da mineração, as várias rotas que estão sendo
74 identificadas de descarbonização na mineração; e uma outra muito importante que são os impactos, a questão da
75 adaptação, os impactos dos eventos climáticos, principalmente os eventos extremos, nas estruturas da mineração.
76 Não só nas estruturas, mas os impactos gerais de eventos extremos nos negócios da mineração. Então fica esse
77 convite para todos participarem. Especificamente desses impactos ele fala de uma forma geral, obviamente,
78 abordando as questões do setor mineral, mas que são também adaptáveis para qualquer outro setor. Então fica o
79 convite para todos.” Presidente Diogo Soares de Melo Franco: “Obrigado, Alexandre. Sempre destacar, realmente, a
80 importância de os setores se mobilizarem, porque eles têm os seus próprios desafios. Existe o desafio coletivo, mas
81 também existem os desafios específicos. No campo da mineração, nós estivemos, recentemente, numa estrutura em
82 Serra Azul, da Arcelor, realmente um investimento de grande monta e fruto da situação do contexto da mineração
83 em Minas Gerais. Então é importante ver que também as empresas estão se movimentando e buscando novas
84 tecnologias e estruturas preventivas, que são necessárias especialmente quando tem comunidades a jusante. E
85 destacar isso, que os setores precisam. A mineração tem um papel importante no nosso Plano de Ação Climática, no
86 sentido não só da produção em si, mas também envolvendo o escopo 3, o escopo 2, o transporte dos seus produtos.
87 Então destacar a relevância das ações como essas e desejar que o setor continue engajado na busca por soluções,
88 para que nós possamos ter esse arranjo coletivo na economia do Estado de Minas Gerais.” Conselheiro Alexandre
89 Valadares Mello/Fiemg: “Só um complemento, eu esqueci de mencionar que também finalizamos, basicamente há
90 um mês ou dois meses, o inventário de emissões com baseline do ano de 2022 do setor mineral brasileiro. Um
91 inventário muito completo. Dez anos se passaram desde o último inventário. Então ele está mais completo, o fator
92 de emissão de energia do Brasil mudou, e as empresas também já estão engajadas nessa agenda. Então eu acho que
93 vale a pena os colegas também conhecerem. Está no nosso site do Ibram, o Instituto Brasileiro de Mineração. Está
94 disponível lá esse inventário.” Conselheiro André Garcia Schmidt/Abragel: “Presidente, talvez eu possa ter me
95 expressado mal. Agradeço a colocação do Eduardo e do Alexandre. Mas só para reforçar aqui o entendimento da
96 Abragel em relação à importância de fomentar novos projetos de hidrelétricas, entendendo que não basta a matriz
97 hidrelétrica que já temos, que o Brasil já opera, para suprir a intermitência da eólica e solar, que são, da sua forma,

98 extremamente importantes, mas que não têm a capacidade de geração no momento que a carga, que o consumo
99 realmente demanda essa geração. É claro que aí essa complementariedade entre hidrelétricas e as intermitentes é
100 muito saudável, porque no momento, enquanto temos geração solar, podemos reservar a geração hídrica naquelas
101 usinas que possuem reservatório, e da mesma forma a eólica. Então concordo com o Eduardo que não existe uma
102 solução de falar que é só hidrelétrica. Acho que todas têm seus prós e contras. Fazer um grande reservatório hoje
103 em dia, temos questões socioeconômicas e socioambientais que devem ser consideradas. Não se pensa mais hoje
104 em dia em um reservatório como Três Marias e Furnas, entre tantos que tem aqui no Estado e no Brasil. Mas que a
105 hidrelétrica não fique aí de escanteio, enquanto novas térmicas, mais caras, mais poluentes, são construídas e
106 aumentam sua participação na matriz.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5)**
107 **EXAME DA ATA DA 32ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 32ª reunião da Câmara de Políticas de Energia
108 e Mudanças Climáticas, realizada em 19 de março de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, Secult, Segov,
109 AMM, Fiemg, Abragel, Ajuda, Promutuca, Senar e OAB. **6) ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO, REPORTE E**
110 **VERIFICAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO ESTADO (MRV CLIMÁTICO). Apresentação: Centro**
111 **Brasil no Clima (CBC) e WayCarbon.** Bruna Araújo e Letícia Gavioli, da WayCarbon, e Guilherme Lima, do Centro
112 Brasil no Clima, fizeram apresentação sobre Estratégia de Monitoramento, Reporte e Verificação do Plano Estadual
113 de Ação Climática do Estado (MRV Climático). O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta da reunião. Após
114 a apresentação, foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros e registradas contribuições, conforme
115 síntese registrada a seguir. O conselheiro Eduardo Javier Muñoz/Promutuca destacou a necessidade de projetos
116 pilotos prioritários e resolução dos problemas relacionados a emissões e à saúde. “Eu acho que hoje a questão central
117 está muito focada em como resolvemos a questão de emissões nas cidades que sequer resultem em mortes. São
118 quase 9 milhões de mortos por ano no mundo a partir de contaminação do ar, e boa parte disso nas cidades. Se existe
119 algum direcionamento...” Guilherme Lima/CBC: “Dentro do processo inicial que fizemos, houve junto à Secretaria
120 uma definição de metas prioritárias que seriam avaliadas no âmbito do projeto, e chegamos a um conjunto de 23
121 metas do PLAC que abrangem alguns setores, está envolvendo os setores de gestão de riscos, de desastres e
122 vulnerabilidade climática, segurança hídrica, agropecuária, segurança alimentar e nutricional, transportes, energia,
123 indústria e resíduos, saúde, povos e população vulnerável e biodiversidade de ecossistemas. Então chegamos a esse
124 conjunto de 23 metas no âmbito desses setores, que envolvem também diferentes órgãos do Estado responsáveis
125 pelas metas.” Quanto a emissões e poluição em áreas urbanas, o representante do CBC destacou três metas, incluídas
126 no setor de transportes: promover a ampliação da substituição de gasolina e do diesel por biocombustíveis,
127 ampliando em 10% a participação na demanda energética até 2030 e em 50% até 2050; alcançar 900.000 veículos
128 movidos por propulsão alternativa a combustão até 2050 na frota veicular do Estado; e atingir para o transporte de
129 carga a transição do modal rodoviário para o ferroviário. Conselheiro Eduardo Javier Muñoz/Promutuca: “Eu entendi
130 a questão de prioridades, e pelo que vejo na lista nós estamos como se fosse o médico preocupado pelos sintomas
131 e não pela causa dos sintomas. Nós estamos com uma lista de coisas muito louváveis para cuidar e com certeza temos
132 que cuidar, mas precisamos colocar dentro das prioridades a origem do problema. Se nós entendemos que emissões
133 e degradação do solo ou das florestas existentes e falta de recuperação das áreas já degradadas são origem da
134 mudança climática e todos os problemas que foram listados como prioridades, não estar esses temas nas prioridades
135 eu entendo um certo erro na estratégia de foco. Pelo menos é a visão que eu tenho e queria deixar isso claro.”
136 Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier/AMM: “Na minha visão, teria que se envolver de imediato também os
137 municípios mineiros, através da Associação Mineira de Municípios, haja vista que todos os senões que acontecem
138 em relação ao clima, seja de maneira positiva ou negativa, ocorrem nos municípios, em todos os países, e não vai ser
139 diferente em Minas Gerais. Agora em novembro nós vamos ter um evento grande, após a eleição municipal, e acho
140 que teríamos condições de abrir uma brecha na programação para trazer aos prefeitos o conhecimento desses
141 projetos que o governo está implementando. E também em novembro, 28 e 29 de novembro, no Sul de Minas, me
142 parece que em Escarpas do Lago, através da nossa microrregional, cujo presidente é o prefeito de Capitólio, que está
143 nos acionando para trazer alguém para falar a respeito do assunto. Eu queria fazer um convite a você, Diogo, pelo
144 Estado, e então à WayCarbon, ao Guilherme, da CBC, para estarem presentes conosco lá. Eu faço o convite e faço
145 um intercâmbio entre vocês e o gestor presidente das ações, que vão envolver mais de 50 municípios no Sul de
146 Minas. É um assunto crescente e oportuno, mas tem que chegar às prefeituras, tem que chegar aos prefeitos, que
147 vão se interessar pelo assunto. E aqui na AMM eu me coloco à disposição de vocês para tratarmos do assunto que,
148 pós-eleição, possa ser ampliado, vinculado aos municípios.” Presidente Diogo Soares de Melo Franco: “Como eu
149 mencionei, os municípios têm um papel fundamentalíssimo nessa questão. Até pegando um pouco o gancho do que

150 o Eduardo mencionou, nas cidades encontramos os principais desafios, na parte do transporte urbano, do trânsito,
151 das emissões, da qualidade do ar. É um ponto muito importante, de fato, não só monitorar isso, mas prever essas
152 medidas para irmos, paulatinamente, desarmando esse grande foco de poluição que é o trânsito nas grandes cidades,
153 mas nas pequenas cidades também. Há cidades que têm áreas rurais muito grandes, e na parte do saneamento ainda
154 há muito a se evoluir, e a parte também da restauração das áreas rurais. Muitos produtores rurais, sabemos que aqui
155 em Minas tem essas diferenças regionais quando falamos no Norte e Jequitinhonha, problemas de água,
156 desertificação; no Sul também a parte de chuvas cada vez mais intensas, inundações; e Zona da Mata... Então nós
157 temos um perfil grande de questões a serem endereçadas. Eu acho que esse momento pós-eleição é oportuno
158 mesmo, vamos, sim, trabalhar juntos nessa agenda. (...) Repassamos com os municípios quais são as metas, quais
159 são as ações que têm mais influência junto aos municípios. Estamos fazendo um trabalho também com os municípios
160 na área de adaptação climática também. Então eu acho que podemos falar um pouco sobre isso tudo.” Taiana Coelho
161 Netto/Diretoria de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas/SEMAD: “Hoje no PLAC não trabalhamos
162 somente com essa perspectiva dos financiamentos comentados aqui na apresentação, também temos ações que
163 utilizam recursos do próprio Estado, existem várias ações do PLAC que não necessitam de recursos, que utilizam
164 apenas os recursos dos servidores públicos. E existe hoje na Assembleia Legislativa um seminário técnico da crise
165 climática em Minas Gerais, que vai ser realizado agora em agosto, em que se prevê um direcionamento melhor dos
166 recursos do próprio Estado para a frente de eventos climáticos extremos. Então era só um complemento mesmo
167 para entender que o PLAC não depende dessa fonte de recurso externo, existem várias outras fontes de recursos
168 para executarmos as ações do PLAC.” Conselheiro André Garcia Schmidt/Abragel: “Eu vejo muito a comunicação da
169 SEMAD em relação a resíduos sólidos urbanos, uma frente de apoio às associações de reciclagem. Eu acho louvável
170 esse trabalho. Agora na parte de saneamento básico junto aos municípios, somos 853 municípios, se não me
171 engano... Como que isso tem sido conduzido no âmbito do PLAC? Na realidade de saneamento básico, resíduos
172 sólidos urbanos, a parte de drenagem pluvial. Como que isso tem sido tratado além dos resíduos sólidos urbanos?
173 Existe um mecanismo de financiamento para novas estações de tratamento de esgoto nos municípios?” Presidente
174 Diogo Soares de Melo Franco: “No PLAC, o setor de resíduos, do ponto de vista de emissão, tem uma relevância, é o
175 quarto setor, se não me engano, de maior emissão no Estado, além do potencial de aproveitamento energético, do
176 biogás tanto dos aterros como das estações de tratamento de esgoto. O Estado tem avançado bastante na linha da
177 coleta seletiva, e com algumas fontes de financiamento próprios para equipamentos, financiamento das associações.
178 Isso tem sido um esforço grande e tem avançado bastante. E também esse esforço de incentivar que o mercado
179 busque essas alternativas econômicas de aproveitamento energético dos lodos, dos resíduos, inclusive,
180 eventualmente, até com aproveitamento agrícola desse tipo de resíduo, para gerar também um fator positivo. E
181 existem, claro, as metas, digamos, mais amplas, de eliminação dos lixões, porque de fato envolvem recursos de maior
182 monta. Quando falamos desse tipo de recurso, existem os recursos clássicos, da Funasa, do PLAC, do próprio BDMG
183 também, que tem esse tipo de financiamento. Mas eu entendo o que o Licínio falou, existe aquele receio do prefeito
184 em obter um recurso, em fazer um financiamento reembolsável. E dependendo do valor esse valor se mostra alto
185 para o prefeito. Então nós temos, como estratégia, também atuado muito junto com os consórcios, e o consórcio, às
186 vezes com um parceiro privado, tem chance de viabilizar, às vezes, um empreendimento. É uma alternativa
187 interessante buscar um parceiro privado numa estrutura otimizada de consórcio onde o parceiro privado vai arcar
188 com os custos de instalação, e pela operação ele vai ter o seu retorno. É importante você ter colocado esse debate,
189 André, porque o setor de saneamento é um setor crítico, são financiamentos mais caros pelo porte, e o Estado em si
190 não detém esse financiamento nesse porte para município; o Estado, o governo, mas o BDMG, sim. Mesmo o BDMG
191 dispendo desse tipo de recurso, às vezes o próprio município não quer lá pegar o recurso por ser um financiamento
192 de longo prazo. E o governo federal também tem algumas alternativas via BNDES, via Funasa, via o próprio PLAC. O
193 Estado tem centrado muito a sua atuação nesses estudos de alternativa logística, de formas como os municípios
194 podem, conjuntamente, solucionar essas questões via consórcio. E na parte de reciclagem claro que o Estado tem
195 também uma função ambiental, propriamente dita, de licenciar e de fiscalizar esse tipo de empreendimento.
196 As nossas equipes têm um cuidado com o licenciamento desses empreendimentos por saber que é um
197 empreendimento que vai ter uma importância ambiental e de saúde. Mas é justamente isso, precisamos achar esse
198 caminho. Especialmente os pequenos municípios, nós entendemos o receio deles de buscarem financiamentos de
199 maior porte, e eu acho que podemos avançar muito com os consórcios, esses parceiros privados, que vão ser
200 importantes.” O presidente Diogo Soares de Melo Franco propôs ainda levar à Câmara a equipe de saneamento da
201 SEMAD para maior detalhamento das metas. O conselheiro André Garcia Schmidt/Abragel disse que fica na

202 expectativa de ouvir do setor responsável pela área de saneamento sobre os avanços e as perspectivas. “Nós
203 debatemos muito, e até trocando mensagens com o Eduardo a respeito de fontes de energia, o próprio nome diz
204 ‘saneamento básico’, ‘infraestrutura’. E no país, na época de votação em Brasília do Marco Legal de Saneamento, eu
205 lembro de números que são como o Licínio colocou, parecidos com os mineiros, de 50% dos municípios não terem o
206 saneamento básico adequado. E outra informação interessante do Licínio é que 300 municípios, ou seja, mais de um
207 terço não tem o aterro sanitário, a destinação final de resíduos sólidos urbanos. É muito complexo, são vários temas
208 relevantes e preocupantes, mas a parte de saneamento básico realmente é até questão de dignidade da população
209 de não ter acesso a uma água de qualidade e ao tratamento de efluente sanitário. Só uma reflexão rápida que eu fiz,
210 porque tem obras pequenas também em área rural, e para os canteiros de obra sempre aplicamos os biodigestores,
211 que são sistemas compactos e que têm capacidade de tratamento adequado. São obras pequenas. Eu fico pensando,
212 às vezes, geograficamente, em alguns municípios faça sentido, às vezes, o tratamento individualizado ao invés de
213 uma grande rede coletora para um tratamento coletivo desse esgoto. Nos adensamentos, é claro, na região
214 metropolitana, vai fazer uma estação de tratamento de esgoto coletiva. Mas biodigestores, equipamentos a meu ver
215 com custo baixo e acessível. Enfim, é o principal gargalo.” Presidente Diogo Soares de Melo Franco: “É um desafio
216 nosso, histórico. Agora com esse gancho da questão do clima, com o potencial econômico que isso também traz,
217 precisamos buscar essas soluções. Eu acho que o momento é esse mesmo, já passou da hora, é uma questão básica
218 mesmo que você mencionou, básica do ser humano ali com um impacto na saúde muito forte, e as soluções agora
219 tecnologicamente são várias. Então tem tipos de tratamento que precisam ser feitos em grandes estruturas, mas
220 existem também esses tratamentos de forma mais individualizada, às vezes até por bairro ou com soluções
221 específicas, que vão num contexto maior de dar uma solução. E também essa possibilidade econômica. Eu acho que
222 o uso do biogás, a redução, tudo é um ciclo, se conseguirmos diminuir o número de resíduos que vão para os aterros,
223 melhorar a reciclagem... Por isso que todo esse contexto é importante.” Conselheiro Eduardo Javier
224 Muñoz/Promutuca: “Eu não sei se existe, e se não existe acho que seria uma boa proposta deste Conselho a criação
225 de uma comissão que estude e faça pilotos de novas tecnologias. Porque nós temos 50% dos municípios que não
226 têm. Não sei quantos são de pequeno porte, de menos de 10.000 pessoas. São muitos. Então nós não vamos
227 conseguir atingi-los com tecnologias convencionais que requerem grandes investimentos. Hoje tem disponíveis tanto
228 para tratamento de resíduos, para eliminação, na transformação desse resíduo de forma distribuída. Até em
229 contêiner de 10 pés, de 20 pés você coloca uma planta de processamento para baixa escala. E a mesma coisa em
230 tratamento de esgoto. São plantas de tratamento de esgoto do tamanho do banheiro químico que atendem um
231 grupo de 50 casas. Então eu acho que vale a pena viabilizar a execução de pilotos que demonstrem a viabilidade
232 econômica dessas novas tecnologias para os municípios pequenos, de forma que também sejam atingidos pelos
233 investimentos de porte necessários. Porque senão sempre ficam só para os grandes, onde tem grandes obras, que
234 os grandes, as grandes empresas se interessam pelo volume do negócio.” Presidente Diogo Soares de Melo Franco:
235 “É interessante isso, sim, eu acho que na próxima reunião eu vou conversar com o subsecretário para que ele traga
236 tudo que está acontecendo em termos de resíduos no Estado. Eles têm, sim, essa preocupação com essas novas
237 tecnologias e fazem essa ponte com os municípios, mas acho que podem vir a este Conselho talvez dar uma escala
238 maior para isso. Então vou pedir que na próxima reunião tragam isso, não só o cenário do saneamento, digamos
239 assim, de grande porte, mas também o saneamento rural, outro ponto importante que não comentamos tanto aqui,
240 mas que também tem uma vertente grande nesse sentido. E esse saneamento, digamos, de pequeno porte, com
241 essas soluções específicas às vezes para bairros ou para comunidades específicas, a exemplo dessa do contêiner que
242 você mencionou.” **7) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Diogo Soares de Melo Franco: “Eu queria novamente agradecer
243 a disponibilidade de todos. Nós tivemos hoje uma reunião com o quórum completo, isso é muito importante,
244 demonstra o interesse e atenção que todos têm dado a esse assunto. Da parte do governo, nós temos uma agenda
245 climática intensa. Como o pessoal da WayCarbon e da CBC mencionaram, nós temos, até o final do ano, alguns
246 produtos a serem entregues, então vamos poder também dar esse reporte para vocês. Temos a COP e outros eventos
247 que têm esse condão também de mobilizar os setores da sociedade. Então vamos ter também mapeamentos de
248 cases específicos. Sempre fazemos um estudo de cases importantes para levar para a COP e também vamos trazer
249 aqui para que tenham o conhecimento dos senhores e, eventualmente, sugestões que vocês possam apontar. É
250 importante mostrar também o que em Minas Gerais tem sido feito e destacar que estamos falando aqui, como eu
251 mencionei no início, de um desafio coletivo. O Estado cumpre a sua função de direcionamento de políticas públicas
252 e projetos em determinadas áreas, mas o Estado sozinho, o governo, não vai realmente dar conta, precisamos dos
253 municípios, do governo federal, do setor privado, dos produtores rurais, das instituições financeiras, da academia,

254 das ONGs para que possamos ter os resultados que pretendemos. É uma questão de Estado, uma questão de médio
255 e longo prazo e vai depender do conjunto desses atores para ter o sucesso que desejamos. Então eu queria agradecer
256 a todos pela participação, pela presença, pelos conselhos, pelas falas e desejar a todos um bom dia, e até a nossa
257 próxima reunião.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Diogo Soares
258 de Melo Franco declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Diogo Soares de Melo Franco
Presidente da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas